VI CONBALF
ALFABETIZAÇÃO E DEMOCRACIA: DIREITO À LEITURA E À ESCRITA

CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
ISSN 2763-8588

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROGRAMA "CONTA PRA MIM" DO GOVERNO FEDERAL

***Thaíse Machado Santos*[1]**

***Tainá Pinto Bessa Ribeiro*[2]**

***Letícia de Oliveira Affonso Salvador*[3]**

Eixo 1. Alfabetização e Políticas Públicas

Resumo

O presente texto se consolida na intenção de desnudar as intencionalidades que estruturam o Programa Conta Pra Mim[4] instituído pelo Governo Federal (BRASIL, 2020), resultante da implementação da Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019a). Para tanto, a partir de uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, os documentos oficiais que norteiam o Programa são postos sob suspeita e apontam para problemáticas quanto ao modo de manusear e apresentar, de maneira rasa, aspectos da leitura e da escrita que, nesse contexto, desgarram-se dos aspectos sociais da língua e, em função disso, precisam ser repensadas pois demonstram-se acordadas com um discurso retrógrado que se articula a serviço da hegemonia e da sociedade de classes.

Palavras-chaves: literacia; letramento; ideologia; discursividade; políticas educacionais.

Introdução

Com vistas a estabelecer novos consensos sobre alfabetização, leitura e escrita – para atender ao novo enquadramento político do país, instaura-se a Política Nacional de Alfabetização (PNA) (BRASIL, 2019a) e, por conseguinte, o Programa Conta Pra mim

[1] Graduanda em Pedagogia pela UERJ. Bolsista do Núcleo de Estudos e Ensino em Linguagem, Alfabetização e Letramento. Contato: thaisecrf@gmail.com
[2] Graduanda em Pedagogia pela UERJ. Bolsista do Núcleo de Estudos e Ensino em Linguagem, Alfabetização e Letramento. Contato: tainabessa16@gmail.com
[3] Graduanda em Pedagogia pela UERJ. Bolsista do Núcleo de Estudos e Ensino em Linguagem, Alfabetização e Letramento. Contato: oliveiraleticia650@gmail.com
[4] Instituído pela portaria 421 de 23 de abril de 2020. "Seguindo os rumos apontados pela Política Nacional de Alfabetização (PNA), o Ministério da Educação lançou o programa Conta pra Mim, que tem como objetivo a ampla promoção da Literacia Familiar." (BRASIL, 2019b)

(BRASIL, 2020). Em função disso, a partir de uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, objetiva-se, neste artigo, analisar criticamente o que está posto no Programa sob a suspeita de vê-lo atender a um único modelo discursivo dos aspectos de apreensão da linguagem e a um discurso retrógrado da alfabetização.

Sendo assim, é para os fins de um projeto de sociedade atrelado a uma postura neoliberal que algumas condutas adotadas nessas políticas são percebidas como caminho para reforçar a retomada da ideia da educação como ferramenta de controle social, acordadas com as teorias eficientistas de currículo e voltadas para um currículo baseado em evidências científicas de parâmetros generalistas e tradicionais, que se articula para atender a economia, formando o cidadão para o mercado de trabalho e para adequar-se aos códigos sociais (LOPES E MACEDO, 2018). Nessa direção, o Estado revela o seu interesse com a manutenção do sistema de classes na sociedade:

> Aponta Althusser para o duplo caráter de atuação da escola na manutenção da estrutura social: diretamente, atua como elemento auxiliar do modo de produção como formadora de mão de obra, indiretamente contribui para difundir diferenciadamente a ideologia, que funciona como mecanismo de cooptação das diferentes classes (LOPES; MACEDO, 2018, p. 27)

Tais noções são indiciadas ao longo da proposta do Programa e na PNA, nas menções às ciências cognitivas da leitura, aspectos do método fônico e outras questões, o que configura uma prática tecnicista focada na apreensão de habilidades e aspectos mecânicos da língua e contrapõem-se às aprendizagens significativas que permitem ao indivíduo reconhecer-se como sujeito da cultura escrita, como expõe Bunzen (2019), em entrevista concedida ao CENPEC:

> O currículo voltado ao ensino de habilidades não se preocupa tanto com práticas sociais ou com problemas sociais, pois a concepção de conhecimento é diferente. Aqui busca-se saber se a criança é capaz de “localizar uma informação explícita no texto” ou “comparar textos da mesma temática” sem necessariamente uma relação com situações mais contextualizadas.

Tudo isso para findar uma perspectiva técnica da alfabetização que não negocia com outras concepções, pois é algo que está dado e pautado em pesquisas internacionais que, por sua vez, estão numa bibliografia não traduzida[5] – o que restringe imensamente o acesso ao conteúdo dos textos – e em desacordo com as pesquisas nacionais.

[5] De todos os textos referenciados no Guia Para a Família do Programa, apenas um texto encontra-se traduzido para o português.

O IMPERATIVO IDEOLÓGICO NO ÂMBITO DO PROGRAMA “CONTA PRA MIM”

Uma das principais críticas ao Programa Conta Pra Mim está no uso do termo “literacia”, em detrimento do conceito de “letramento”. É preciso, portanto, refletir sobre a razão que embasou a opção por literacia: sabe-se, à luz dos estudos de Vygotsky, que os conceitos extrapolam o mero uso da palavra, pois são construídos historicamente a partir do convívio social (TAILLE et al, 2019, p. 30), ou seja, a decisão por um conceito ou outro revela aspectos mais profundos em relação ao discurso corrente no plano de fundo que está sempre submetido a aspectos políticos, ideológicos e sociais.

Abordar o conceito de letramento implica tocar em uma série de outras questões e, dentre elas e talvez a mais incômoda para o que se pretende o discurso hegemônico, é a proposição da quebra da lógica da sujeição, que é, em Althusser, “o mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar [...] o agente se reconhece como sujeito e se sujeita a um Sujeito Absoluto” (ALTHUSSER, 2022, p. 8). Em função disso, Bunzen (2019) afirma que

> Não foi à toa que, em pleno processo de redemocratização do país [...] algumas pesquisadoras [...] iniciaram esse processo de operacionalizar e (re)interpretar tal conceito para compreender melhor a complexidade da educação de jovens e adultos e do processo de fracasso escolar das crianças em contextos específicos; assim como as relações interculturais dos povos indígenas e de outras línguas minoritárias em um contexto de exclusão linguística [...] Tais investigações iniciais trouxeram uma maior compreensão das culturas, das práticas sociais, dos valores e das crenças que perpassam diferentes grupos em situações específicas. (BUNZEN, 2019, p. 45)

Em contraponto, o discurso que se apresenta no Programa soterra o uso do letramento com a imposição do termo “literacia” como grande novidade, dando às práticas de literacia familiar status de solução para todas as problemáticas da alfabetização, sob a justificativa de "alinhar-se à terminologia científica consolidada internacionalmente” (BRASIL, 2019c, p. 21), a partir de uma suposta superioridade internacional.

Este é o momento político do esvaziamento, esvaziamento dos discursos e das narrativas, o que fica evidente, por exemplo, na forma como os aspectos socioeconômicos são abordados no Programa: de acordo com dados da Agência IBGE Notícias, entre 2020 e 2021, houve um crescimento de 22,7% no número de pessoas abaixo da linha da pobreza e um aumento em 48,2% no número de pessoas vivendo em extrema pobreza (BELANDI, 2022), o que deixa nítida a realidade brasileira. Entretanto, a literacia familiar é apontada pelo Programa como passível de remediar as desigualdades socioeconômicas: “Em um país como o Brasil, ainda marcado pela condição socioeconômica desfavorável de milhões de famílias, a Literacia Familiar é um instrumento poderoso para romper o ciclo da pobreza” (BRASIL,

2019b, p. 17). Contudo, essa perspectiva ignora que os aspectos socioeconômicos atravessam largamente as vivências das crianças junto aos familiares e, assim sendo, é inviável pensar que somente o aprendizado de leitura, escrita e matemática básica seja capaz de superar o processo histórico que estruturou esse quadro de iniquidades.

À primeira vista, o Programa apresenta-se como facilitador do acesso a materiais gratuitos de leitura, afim de acordar-se com o previsto no art 2º[6] de seu decreto. Entretanto, sua materialização impossibilita o acesso de famílias mais pobres pois, uma vez que em situação de vulnerabilidade socioeconômica, suas condições de acessibilidade digital são limitadas. Portanto, segundo Silva et al (2021), tal conduta dita democrática e inclusiva

> Chega a ser uma afronta às famílias que vivem a miséria social em seu sentido mais profundo, um contexto em que seus recursos não lhes permitem, sequer, acessar o material disponibilizado pelo programa, disponível, tanto em um guia virtual quanto em vídeos, no site do Ministério da Educação. (SILVA et al, 2021, p. 11)

Retorna-se assim, à superficialidade das proposições, ao discurso meritocrático e antidemocrático que gerencia as relações de poder da sociedade. Não obstante a isto, o conjunto de práticas propostas pelo Programa se vale de uma concepção reducionista da leitura e escrita que supervaloriza a norma culta em detrimento de outros aspectos da linguagem. Nesse sentido, não há espaço para pensar a diversidade literária que permite ao sujeito as diversas possibilidades frente à cultura escrita, pois o Programa recomenda que se "evite livros com textos que reproduzem a linguagem coloquial. Prefira livros escritos na norma culta. A criança já tem contato suficiente com a fala coloquial em seu dia a dia". (BRASIL, 2019b, p. 49)

Entretanto, para Candido (2011, p. 177), a literatura é um direito humano que deve ser garantido: "[...] é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente", porém, não há, no âmbito do Programa, um movimento de garantia de tal direito e sim a tentativa de controlar o espaço de descoberta da criança frente aos elementos da cultura escrita, o que torna-se uma recomendação de que, sutilmente, as famílias modelem a relação sujeito-linguagem a partir de um filtro particular e limitador.

Ademais, o Guia Para Família apresenta uma preocupação em "moralizar" as crianças ao recomendar que a escolha literária se adeque aos valores de sua família (BRASIL, 2019b). É evidente que existem fatores a serem considerados na seleção de livros, porém, pensá-la

[6] "Art. 2º É considerado público-alvo do programa todas as famílias brasileiras, tendo prioridade aquelas em condição de vulnerabilidade socioeconômica." (BRASIL, 2020)

de acordo com “valores” da família é tender a um lócus de enclausuramento e afastamento desses sujeitos da pluralidade dos mundos da escrita, visto que, o contato com a literatura em sua diversidade é fundamental para a formação humana.

Sob esse parâmetro, é notória a tentativa de refazer uma educação disciplinar nos documentos do Programa, a qual tende aos valores da família e da obediência e aproxima-se do modelo tradicional da educação. Nessa direção, o cenário brasileiro acaba por tornar-se ideal para a retomada dos processos mecânicos de leitura e de escrita, isso porque, historicamente, a escola enquanto instituição nasce de concepções mecanicistas e, por conseguinte, cria no imaginário social um reflexo disso. Colello (2007) corrobora com essa narrativa ao afirmar que:

> Durante muito tempo, a escola trabalhou com a lógica de primeiro aprender a escrever para depois escrever textos com fins socialmente legitimados; primeiro decodificar as letras e seus respectivos sons para depois liberar o aluno para a leitura propriamente dita. Não raro o que prevalecia era uma prática de imposição de conhecimento justificada a priori: “você aprende e depois vê para que serve. (COLELLO, 2007, p. 29)

Uma das máximas do Programa Conta Pra Mim, “aprender a ler e depois ler para aprender” (BRASIL, 2019b, p. 17), introduz novamente a concepção educacional nesse lugar. Aqui, a lógica fônica norteia as relações com a leitura e a escrita, ao compasso que a plena codificação e decodificação dos códigos gráficos são bem vistos, mesmo que em desacordo com outros aspectos relativos ao uso da linguagem, como, por exemplo, o empoderamento do aluno na relação sujeito-linguagem.

Em diálogo com essa questão, Souza e Gonçalves (2017, p. 93) apontam tal problemática a partir da normatização da língua, ao afirmarem que “a gramaticalização da língua dentro das escolas muitas vezes está associada à imposições de ordem didática que deixam a desejar e acabam não promovendo uma aprendizagem de qualidade”. Nesse sentido, confere-se, ao longo do Programa, a opção pelo método fônico e o distanciamento da forma contextual de aprender e ensinar, pautando todo ato alfabetizador em pilares fonológicos, como “consciência fonêmica, instrução fonética sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário e compreensão de textos e produção de escrita.” (BRASIL, 2019b). Porém, segundo Magda Soares, em entrevista concedida à Carta Capital, conduzida por Basilio (2019), essa configuração ignora especificidades da língua portuguesa que precisam ser levadas em consideração:

> “O grande erro do chamado método fônico é que ele parte de um princípio linguisticamente equivocado, porque o fonema não se pronuncia, os consonantais, você não pronuncia um t, d, m sem se apoiar numa vogal ou semivogal. Então essa é a questão do método fônico, ele parte

> com a criança de um momento em que ela não está suficientemente desenvolvida cognitivamente e linguisticamente para conseguir entender as relações entre fonemas e grafemas. É preciso que ela chegue nesse momento [...]" (BASILIO, 2019)

Somado a isso, os aspectos sociais e históricos inerentes ao processo de apreensão da língua escrita são postos de lado, bem como é privilegiada uma noção mecanizada e simplista da linguagem que, centrada na codificação e decodificação, desconsidera os diversos modos de aprender e ensinar. Essa conduta biologizante pautada no método não permite ao sujeito empoderar-se como tal em seu processo de alfabetização, o que leva ao desenvolvimento de uma relação mecânica com a língua escrita. Tal cenário abre espaço para que os alunos que não se adequem à abordagem fônica tornem-se o produto do fracasso escolar.

Não se trata, porém, de ignorar as questões relacionadas aos aspectos fonológicos da língua, entretanto, não se pode reduzir o ensino da leitura e da escrita unicamente a aspectos das ciências cognitivas e biologizar a alfabetização, tratando a leitura e a escrita como meros atos técnicos. É em função disso que a autoria docente deve ser incentivada, abandonando métodos engessados que se bastam em si, para que o ensino ocorra de maneira inclusiva e se distancie da produção do fracasso escolar que, por sua vez, deixa para trás estudantes que fogem do padrão estipulado para si.

Considerações Finais

A literatura é uma ferramenta ímpar a ser mobilizada na formação humana, isso porque, em sua vastidão, viabiliza inúmeras possibilidades as quais o sujeito pode vivenciar junto a ela. No que tange à importância da vivência literária, estamos sempre partindo de uma perspectiva social sobre o texto escrito, um ideário alocado no senso comum, construído historicamente. Dessa lógica podemos perceber que a população brasileira enquanto sociedade fundada sobre as desigualdades sociais, estende as noções da sociedade de classes a todos os aspectos da vida cotidiana, inclusive às concepções sobre a cultura escrita.

Nessa direção, percebe-se, no confronto entre o Programa Conta Pra Mim e o referencial teórico aqui abordado – o qual parte de uma perspectiva crítica e discursiva da alfabetização –, uma lógica central que abarca em si perspectivas para a manutenção da estratificação social e seus desdobramentos intrínsecos ao cotidiano popular. Sendo assim, confere-se que todas as questões levantadas, a partir desta análise, estão interligadas numa teia ideológica que se propõe na intenção de gerir a relação dos sujeitos com a leitura e a

escrita e de perpetuar uma lógica que intenciona controlar as variáveis desse processo de inserção do sujeito na cultura escrita. Isso pois, apesar da tímida relação do brasileiro com a literatura, sabe-se que esta é um elemento que pode despertar no povo a consciência de contrapor-se ao que está posto.

Dessa forma, há intenções evidentes moldurando as novas políticas educacionais que precisam ser revistas em favor da população. A tentativa de controle da vivência literária e o apagamento dos sujeitos de suas próprias narrativas se dão para a manutenção das desigualdades e favorecem a alienação do cidadão comum, bem como a negação de direitos fundamentais a uma grande parcela da população que, para o pensamento neoliberal, parece ter seu destino findado nas dinâmicas trabalhistas, num ciclo vicioso que nunca se rompe a não ser pela possibilidade da reflexão frente às iniquidades sociais.

Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

BASILIO, A. L. Pensar que se resolve a alfabetização com o método fônico é uma ignorância. **CartaCapital,** 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/pensar-que-se-resolve-a-alfabetizacao-com-o-metodo-fonico-e-uma-ignorancia/. Acesso em: 27 dez. 2021.

BELANDI, C. Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012. **Agência IBGE Notícias**, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. Decreto Nª 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2019a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. Conta pra Mim: guia de literacia familiar. - Brasília: MEC, SEALF, 2019b. Disponível em: https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/conta-pra-mim-literacia.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA Política Nacional de Alfabetização. – Brasília: MEC, SEALF, 2019c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Portaria 421 de 23 de abril de 2020. Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal. Brasília: Ministério da Educação. 2020. Disponível em:

https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595. Acesso em: 21 dez. 2022.

BUNZEN JÚNIOR, C. Um breve decálogo sobre o conceito de 'literacia' na Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019). **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 10, 25 mar. 2020.

CANDIDO, A. **O direito à literatura**. In: ___. Vários Escritos. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/São Paulo: Duas Cidades, 2011.

CASTRO, T. Letramento e/ou Literacia. **Cenpec**, 2019. Disponível em: https://www.cenpec.org.br/tematicas/letramento-e-ou-literacia-distincoes-e-aproximacoes. Acesso em: 22 dez. 2022.

COLELLO, S. M. G. A construção do conhecimento no ensino da língua escrita: da teoria à prática. **Revista Internacional d'Humanitats**, v. 13, p. 25-30, 2007.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 1. 279p.

SILVA, F. D. de A. .; SOUZA, V. A. .; SIGNORELLI, G. . Programa "Conta pra Mim": a proposta da "educação literária" no cerco da Política Nacional de Alfabetização. **Revista Educação e Políticas em Debate**, *[S. l.]*, v. 10, n. 2, p. 698–715, 2021. DOI: 10.14393/REPOD-v10n2a2021-62475. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/62475. Acesso em: 20 dez. 2022.

SOUZA, J. M. P.; GONÇALVES, J. F. R. M. O empoderamento da escrita na escola: cenas de uma aula de produção textual. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 90, 2017.

TAILLE, Y. L.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 2019. E-book Kindle.